Ingressou a Comissão Interministerial que elaborou o relatório de avaliação e intervenção na bacia do Mondego sobre as cheias de 2000-2001 e suas consequências;

Realização de várias acções de formação, de que se destacam:

Curso sobre impacte ecológico de obras fluviais e sua mitigação;

Seminário sobre segurança de barragens portuguesas em serviço;

Simpósio de hidráulica e recursos hídricos dos países de língua oficial portuguesa, em Maputo;

Participação na jornada "Los Rios y las Ciudades", na Junta de Castilla e Leon, em Valladolid;

Participação no seminário "Os Estuários e os Planos de Bacia Hidrográfica";

Orador nas Jornadas Técnicas de "O Regadio do Baixo Mondego" e no seminário "Baixo Mondego — Cinco Anos Depois", em Montemor-o-Velho;

Cursos de Exploração e Segurança de Barragens.

Rectificação n.º 2539/2008

Lista de pessoal a transitar do INAG, I. P., para a ARH do Algarve, I. P.

Por ter saído com inexactidão, no Aviso n.º 27 133/2008, relativo à publicitação da lista de pessoal a transitar do Instituto da Água, I. P., para a Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I. P., publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 221, de 13 de Novembro de 2008, rectifica -se que onde se lê «A Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I. P., *Valentina Coelho Calixto*.», deve ler -se «A Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I. P., *Valentina Coelho.*

14 de Novembro de 2008. — O Presidente, *Orlando Borges.*

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho n.º 30250/2008

Considerando que através do aviso n.º 18973/2008, publicado no DR, 2.ª série, n.º 124 de 30 de Junho se procedeu à abertura de concurso interno para admissão a estágio de ingresso na carreira de inspector-adjunto, tendo em vista o preenchimento de 35 lugares;

Considerando que a nomeação na categoria é precedida de aprovação em estágio;

Considerando que o local de trabalho dos candidatos que vierem a ser providos abrange toda a estrutura central e descentralizada da ASAE,

Considerando, que o número de lugares a afectar geograficamente, em conformidade com o ponto 6 do supra mencionado aviso, é objecto de despacho do Inspector-Geral;

Determino:

1 — A afectação geográfica dos inspectores-adjuntos, após a conclusão do estágio, será efectuada de acordo com o mapa infra

Unidade Orgânica/Localização geográfica	Número de vagas
Direcção Regional do Norte/Porto	5
Delegação de Mirandela/Mirandela	4
Direcção Regional do Centro/Coimbra	1
Delegação de Castelo Branco/Castelo Branco	4
Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo/Lisboa	8
Direcção Regional do Alentejo/Évora	4
Delegação de Santarém/Santarém	2
Direcção Regional do Algarve/Faro	6
Sede/Lisboa	1

2 — A colocação será efectuada por ordem de preferência dos inspectores que obtenham as classificações de estágio mais elevadas.

3 — Em caso de igualdade entre classificação final entre candidatos considera-se para efeitos de graduação, sucessivamente o maior grau académico e a idade preferindo os mais velhos.

13 de Novembro de 2008. — O Inspector-Geral, *António Nunes.*

Direcção Regional da Economia do Norte

Aviso n.º 28020/2008

1 — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por meu despacho de 11 de Novembro de 2008, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República,* concurso interno de acesso geral para provimento de dois lugares na categoria assessor da carreira técnica superior, de dotação global, do quadro de pessoal da Direcção Regional da Economia do Norte do Ministério da Economia e da Inovação, constante do mapa I, anexo à Portaria n.º 443/ 99, de 18 de Junho e alterado pela Portaria n.º 103/2000 de 24 de Fevereiro.

1.1 — A abertura do presente concurso foi precedida de procedimento de selecção de pessoal em situação de mobilidade especial, publicitado sob o código da oferta P20086090, nos termos dos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, no âmbito do qual não foram preenchidas as vagas.

1.2 — O presente aviso será inscrito (registado) na Bolsa de Emprego Público (BEP) no prazo de dois dias úteis após publicação no *Diário da República,* nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril.

2 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Prazo de validade — o concurso visa exclusivamente o provimento dos lugares indicados, caducando com o respectivo preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — as funções correspondentes aos lugares a prover são, em termos gerais as constantes do mapa I anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, para a carreira técnica superior, e em termos específicos, as constantes da Portaria n.º 537/2007, de 30 de Abril, relativas às áreas da Administração industrial e de assessoria à Direcção, respectivamente.

5 — O local de trabalho — Na Direcção Regional de Economia do Norte, do Ministério da Economia e da Inovação sita na Rua Direita do Viso, n.º 120, 4269-002 Porto.

6 — Remuneração, condições de trabalho e regalias sociais — a remuneração a auferir será a correspondente ao escalão/índice fixado no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

7 — Legislação aplicável — Decretos — Leis n.º s 204/98, de 11 de Julho, n.º 175/98, de 2 de Julho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, n.º427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril, e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 2 de Maio e Decreto-Lei n.º6/96, de 31 de Janeiro.

8 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso — poderão candidatar-se os funcionários que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas:

a) Satisfaçam as condições estabelecidas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Possuam pelo menos três anos na respectiva categoria classificados de Muito Bom ou cinco anos classificados de Bom

c) Preferencialmente com experiência na análise de projectos de licenciamento de estabelecimentos industriais; experiência na fiscalização técnica de estabelecimentos industriais; experiência na análise e licenciamento de aterros localizados dentro dos estabelecimentos industriais; ou experiência de assessoria a direcção, valoriza-se no caso, a Direcção Regional da Economia; experiência de trabalho em Comissões Técnicas de Ordenamento Territorial; experiência de coordenação e divulgação de acções de formação na Administração Pública; conhecimento dos particularismos próprios das DRE's no relacionamento Estado — empresas; domínio do relacionamento protocolar entre entidades; conhecimento dos actores e das prioridades da dinamização regional; bons conhecimentos de informática na óptica do utilizador (Excel, Word, FABASOFT); elevado sentido de responsabilidade e motivação; disponibilidade e gosto por trabalho em equipa; carta de condução e disponibilidade para efectuar trabalho no exterior.

9 — Métodos de selecção — prestação de provas públicas, que consiste na apreciação e discussão do currículo profissional dos candidatos, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com a redacção da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.